

SUMÁRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

maio de 2021

§

PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO



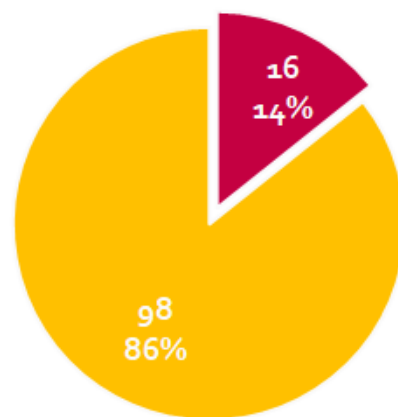
SUMÁRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

maio de 2021

Execução Técnica¹

Execução tendo por referência as atividades programadas para o período:
outubro 2015 – dezembro 2021

Atividades programadas para o período: 114¹
Atividades não realizadas: 16
Atividades concluídas ou em curso: 98
Taxa de execução: 86 %

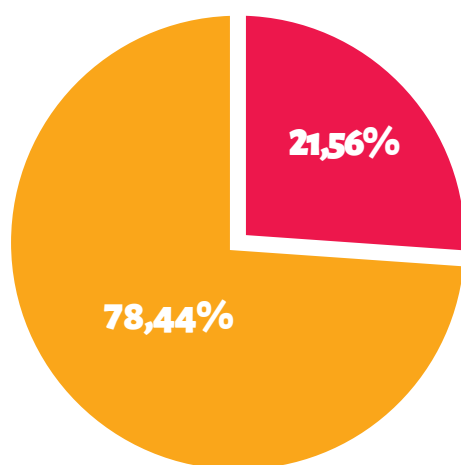


Atividades não realizadas	16
Atividades concluídas ou em curso	98

Execução Financeira

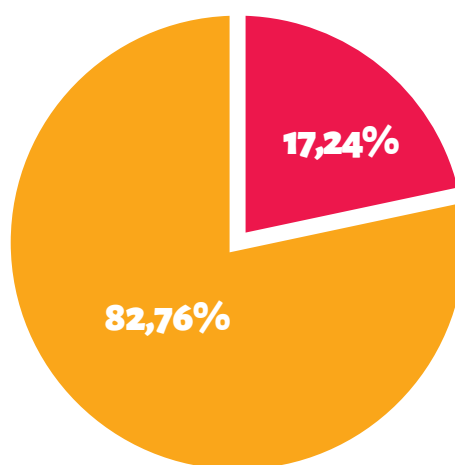
Orçamento: EUR 8.050.000 | Execução: EUR 6.314.196,40²

Execução financeira



Por executar	EUR	1.735.803,60
Executados	EUR	6.314.196,40

Compromissos assumidos



Por executar	EUR	1.387.585,04
Executados	EUR	6.662.414,96

1. Contabilização das atividades através do Plano Global de Trabalhos (87 meses), onde se incluíram as atividades 2.1.5 e 3.4.1.
2. Informação a 30 de abril de 2021.

PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES

Atividade 1.1.1.2

Conferência internacional

«Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em TL»

Atividade a realizar em Angola prevista para setembro de 2021. Devido às medidas de contingência impostas pela COVID-19 poderá ser realizada em formato semi-presencial.



Atividade 1.1.3

Missão de assistência técnica à Unidade de Informação Financeira de São Tomé e Príncipe (falta 2.ª fase)

Atividade 1.2.2.2

Publicação em papel das edições produzidas no âmbito do Legis-PALOP + TL (a aguardar lançamento)



Atividade 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1

Legislação – 1.3.1.3 Seguimento em cada um dos países (simultâneo com 1.3.2.3 e 1.5.1.3) através da realização de reuniões *online* do Grupo de Trabalho



Atividade 2.1.1

«Encontros de conhecimento e de partilha de experiências/boas práticas»

Realização dos encontros - em formato *online* - em Angola e Timor-Leste. O de São Tomé e Príncipe foi já agendado.



Atividade 2.1.4.3

Fornecimento de equipamentos de laboratório e peritagem para a PJ de Cabo Verde e PCIC de Timor-Leste

Atividade 2.1.5

Assistência técnica à medida (em curso)



- § Ação de formação de oficiais de justiça de Angola. A 2.ª fase *em curso*. Elaboração dos manuais de formação.
- § Formação à distância de especialistas do Laboratório da PJ de STP- março/abril de 2021, por videoconferência e presencial (concluída).
- § Aquisições para os Centros de Formação Jurídica e judiciária (ou estruturas equivalentes) - em curso
- § Apoio à eventual realização do 1.º Mestrado «O Regime Jurídico da Prevenção e da Luta contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado» num projeto conjunto do Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo.

- § Fornecimento de material informático ao Ministério da Justiça e Trabalho de Cabo Verde e às Procuradorias-Gerais da República de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde (em curso)

Atividade 2.2.1 e 2.2.2

Formações CEJ/EPJ

3.º fase já calendarizada com o CEJ/EPJ (em formato presencial), com início em Cabo Verde, de 14 a 18 de junho.

Atividade 3.2.1

Seminários abertos

Realização dos seminários abertos em Angola e Timor-Leste. O de São Tomé e Príncipe foi já agendado).

Atividade 3.3.1

Apoio à participação em iniciativas regionais e/ou internacionais (em curso)

Atividade 3.6.2

Criação de um projeto sustentável de Plataforma de Comunicação e Formação

§ Concurso internacional *em curso*. Encontra-se pendente o anúncio da adjudicação.

Atividades/Parcerias em desenvolvimento para 2021 para além do Plano Global de Trabalhos

- § Encontro de Escolas de Formação dos PALOP + TL, Maputo, setembro de 2021 e estudo sobre a capacitação judiciária nos países de língua portuguesa. Em preparação a realização do needs Assessment ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Timor Leste.
- § Seminário e estudo sobre os Planos Estratégicos Nacionais contra a Corrupção (em curso realização do seminário em Angola).
- § Desenvolvimento de parcerias internacionais (Interpol, Basel Institute on Governance, etc.
- § Parceria com o Observatório da Legislação Portuguesa - Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
- § Aquisições de maior envergadura solicitadas pelas Procuradorias-Gerais (São Tomé e Príncipe e Cabo Verde), Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe e Polícia Científica de Investigação Criminal de Timor-Leste e que carecem de realocação de verbas eventualmente sobranes da não realização das viagens inicialmente previstas.

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

1.1.1/1.1.2.1

Conferência «Perda de bens e recuperação de ativos»
setembro de 2018, Luanda, Angola



1.1.2.2

Seminário «Criminalidade Organizada e Estado de Direito»
29 e 30 novembro 2016, Praia, Cabo Verde

1.1.2.3

Seminário «Cooperação Judiciária e Policial»
3 e 4 de maio de 2017, Bissau, Guiné-Bissau

1.1.2.4

Conferência «A intervenção do Estado, da Sociedade e do Direito no combate à corrupção»
3 e 4 de julho de 2018, Maputo, Moçambique

1.1.2.5

Conferência «Prevenção e combate ao branqueamento de capitais: sistema financeiro e penal»
11 e 12 de março de 2020, São Tomé e Príncipe

1.1.2.6

Seminário «Tribunais e Estado de Direito»
27, 28 e 29 de julho 2016, Díli, Timor-Leste

1.1.3

Missão de assistência técnica (1.ª fase) à Unidade de Informação Financeira
17 a 21 abril 2017, S. Tomé e Príncipe

1.2.1

Consolidação da Legis-PALOP

Identificação, coleta, processamento e inserção na base de dados Legis-PALOP da legislação relevante sobre corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes.

1.2.2

Extensão da Legis-PALOP a Timor-Leste

§ Conclusão da inserção e classificação da legislação e jurisprudência publicadas em Timor-Leste nas duas últimas décadas em maio de 2019. No total foram inseridos e classificados 2284 atos normativos e 1415 acórdãos (todos sujeitos a processo de anonimização).

1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1

Legislação – Atividades concluídas. 1.3.1.3 Seguimento em cada um dos países (simultâneo com 1.3.2.3 e 1.5.1.3)



§ **Angola:** Acompanhamento realizado junto do Ministério da Justiça e da Assembleia Nacional. O regime harmonizado foi integrado no processo de revisão dos códigos Penais e Processo Penal.

Aprovação dos seguintes diplomas: Lei n.º 15/18, de 26 de dezembro, sobre o Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens, criando o Serviço Nacional de Recuperação de Ativos; Lei n.º 1/20, de 22 de janeiro, Lei da Proteção das Vítimas, Testemunhas e Arguidos colaboradores em Processo Penal; Lei n.º 2/20, de 22 de janeiro, Lei da Videovigilância e a Lei n.º 5/20, de 27 de janeiro, Lei de Prevenção e do Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição Massiva.

§ **Cabo Verde:** Regime harmonizado está a ser plenamente apropriado. Foi contratada uma consultoria no âmbito do PACED, por solicitação do Ministério da Justiça Trabalho, tendo em vista garantir a plena harmonização do regime de combate ao tráfico de produtos estupefacientes.

§ **Moçambique:** Acompanhamento realizado aquando da Missão EAT em dezembro de 2020. Aprovou Lei 2/2018, de 19 de Junho, que altera o diploma que cria o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique – GiFiM; a Lei n.º 5/2018, de 2 de Agosto, estabelece o regime jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Ações Conexas; a Lei n.º 21/2019, de 11 de Novembro, que estabelece os princípios de cooperação Jurídica e Judiciária Internacional em Matéria Penal. As revisões do Código Penal e do Código Processual Penal tal como a aprovação do Código de Execução de Penas foram promulgadas em dezembro de 2019 (Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro; Lei n.º 25/2019, de 26 de Dezembro e Lei n.º 26/2019, de 27 de Dezembro).

§ **São Tomé e Príncipe:** Acompanhamento dos trabalhos juntos do Ministério da Justiça e do Parlamento Nacional, onde fomos recebidos pela Comissão A. Os trabalhos de harmonização foram recebidos com entusiasmo e sublinhado o interesse em receber os contributos ainda no âmbito da reforma penal (em curso).

§ **Timor-Leste:** Missão de seguimento realizada em setembro de 2019. Promulgada nova lei contra a Corrupção em agosto de 2020.

§ **Reunião do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes,** realizada a 16 de julho de 2020, por videoconferência, fazendo um balanço bastante positivo acerca dos níveis de transposição do projeto de harmonização legislativa nos ordenamentos jurídicos nacionais.

2.1.1.1

«Encontros de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas»



Realizada a 1.ª edição dos encontros em todos os países.

Realizada 2.ª edição dos encontros na Guiné-Bissau e em formato *online* em Cabo Verde e em Moçambique.

2.1.2.1 e 2.1.2.2

Publicação de manuais



§ Organização e gestão para a área da investigação criminal

§ Organização e gestão para a área do sistema judicial

2.1.3

Conferências e seminários formativos sobre organização e gestão da justiça criminal



§ Angola, 5 a 8 de junho de 2017

§ Moçambique, 26 a 28 de setembro de 2017

§ Timor-Leste, 6 a 9 de março de 2018

§ Cabo Verde, 17, 18 e 19 de outubro de 2018

§ Guiné-Bissau, de 28 a 31 de outubro de 2019

§ São Tomé e Príncipe, 9 a 11 de março de 2020

2.1.3.8

Formação de especialistas



(formação assegurada pelo Centro de Estudos Judiciários).

Lisboa, de 21 a 25 de outubro de 2019

2.1.4.1

Fornecimento de viaturas de resposta rápida para a PJ (Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe)

2.1.4.2

Fornecimento de equipamento informático para a Polícia Judiciária (STP)

2.1.5

Assistências Técnicas à Medida

§ Aquisição de serviços de uma consultoria jurídica para proceder à revisão global da "Proposta Final de Anteprojeto" da nova lei sobre o tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas de Cabo Verde

§ Aquisição de serviços de uma consultoria jurídica para proceder à apreciação do plano de transparência e gestão de risco na Administração Pública de Angola e Revisão da proposta de Lei Moralidade Pública de Angola

§ Missão de um especialista da Polícia Judiciária de Portugal para instalação de equipamento de laboratório recebido pela Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, bem como formação de funcionamento do mesmo por parte do especialista. 1 a 15 de fevereiro de 2020

§ Aquisição de 2 motorizadas (e capacetes) para a Delegação da Polícia Judiciária da Região Autónoma do Príncipe (São Tomé e Príncipe)

§ Aquisição de três acervos bibliográficos de obras fundamentais para os 3 juízes estagiários da República Democrática de Timor Leste – cerimónia de entrega realizada a 2 de junho de 2020

§ Aquisição de 12 acervos bibliográficos de obras fundamentais para 6 entidades parcerias do PACED na República Democrática de Timor Leste - a entrega ocorreu em fevereiro de 2021, fora do âmbito temporal do presente relatório)

§ Aquisição de equipamento informático para os Centros de Formação - Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste.

§ Celebração de protocolo de parceria editorial com a Universidade Católica Editora (UCEditora) tendo em vista a edição do livro "Comentário à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do Protocolo adicional do Tribunal Africano - PACED" por parte desta editora; foi lançada em dezembro de 2020 pelo Presidente da República de Moçambique

§ Formação à distância para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, entre 19 e 22 de junho de 2020

§ 1 Curso de Pós-Graduação online Sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado (setembro e novembro de 2020)

§ Aquisição de computador portátil para a Unidade de Informação Financeira (UIF) de São Tomé e Príncipe

§ Aquisição de três máquinas fotográficas e respetivos acessórios (objetivas, baterias, cartões de memória SD, tripés, sacos, cabos, outros) para a Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe;

2.1.5

Assistências Técnicas à Medida (continuação)

§ Capacitação de oficiais de justiça no âmbito da tramitação processual em Processo Penal aplicável à criminalidade organizada, em especial ao tráfico de estupefacientes, à corrupção e à lavagem de dinheiro Formação de Formadores para Oficiais de Justiça da República de Angola, a 1.ª fase decorreu entre 23 de novembro e 27 de novembro e entre 14 de dezembro e 18 de dezembro

§ Formação prática conjunta (assegurada por peritos de Cabo Verde e de Portugal) para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, novembro de 2020

§ Aquisição de equipamento de rede informática (switch, router, cablagem, fichas de rede e respetiva instalação) para a Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe

§ Aquisição de equipamento para o laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe

§ Realização do seminário "O enquadramento jurídico-internacional do combate ao tráfico ilícito estupefacientes por mar e a operacionalização do art.º 17.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas (Viena, 1988)". Encontro Anual dos Magistrados do Ministério Público. Praia (Cabo Verde), 5 e 6 de março de 2020

2.2.1 e 2.2.2

Formações Nacionais (CEJ e EPI)

Concluída em todos os países a 2.ª fase das formações nacionais, com a realização em São Tomé e Príncipe da formação nacional entre os dias 3 e 14 de junho de 2019.

Em fase final de publicação a edição do Manual de formação CEJ

2.4.1

Ações para divulgação ampla ao cidadão do quadro legislativo, institucional e procedimental aplicável

Processo concluído. Campanha assumida como publicidade institucional por parte de Angola e São Tomé e Príncipe. Nos restantes países esta possibilidade encontra-se a ser igualmente equacionada. Realizada parceria com a RTP África e Internacional, bem como com a RDP África para a transmissão gratuita dos spots.



3.1.1

Participação em encontro de alto nível

§ Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa – decorreu em outubro de 2019, na Ilha do Sal, em Cabo Verde, que recebeu a titularidade da Plataforma de Comunicação e Formação, em desenvolvimento no âmbito do PACED.

3.2.1

Realização de seminários abertos à sociedade nas temáticas do Projeto

§ Guiné-Bissau, fevereiro de 2020;

§ Moçambique, outubro de 2020, por videoconferência, devido às medidas de contingência impostas pela COVID-19

§ Cabo Verde, fevereiro de 2021

3.3.1

Assegurada a participação em iniciativas regionais



§ V Congresso Internacional de Direito, Porto, junho 2017

§ Apoio à participação de 15 formandos no curso de ensino à distância – CES

§ Apoio à participação de um magistrado guineense no FONAJUC, Brasília

§ Apoio à participação de um magistrado moçambicano no workshop «Train the trainers», Bruxelas

§ Apoio à participação de orador no Ciclo de apresentação das Leis Constitucionais e Penais, São Tomé

§ Apoio à participação no curso «Globalização, Direito e Justiça Criminal»

§ Conferência regional sobre corrupção – Gaborone – BW

§ Conferência em Cabo Verde – participação de Moçambique

§ Conferência em Moçambique – participação de Cabo Verde

§ 4.ª Formação Global da Associação Internacional de Procuradores

§ CES Summer School

§ Conferência Associação internacional para a Administração da Justiça, Brasil

§ Apoio à deslocação de um participante de Angola a Lisboa e a Viena

§ IAJ – Marraquexe

§ V Jornada Açoriana de Direito

§ Conferência e Assembleia Geral da UIJLP – novembro de 2019, Guiné-Bissau

§ Viagens e alojamento em curso de formação, para assegurar a participação do ponto focal do Ministério da Justiça de Angola e outros três elementos – dezembro de 2019, Lisboa

§ Participação de um magistrado de cada país (PALOP+T), na reunião mundial da Rede de Integridade Judiciária, da UNODC– Doha (Qatar), 23 a 28 de fevereiro

3.4.1

Guia de Formação e Cooperação

§ Publicado o guia que possibilita a sistematização das recomendações saídas dos Fóruns, a análise das estruturas institucionais existentes e a organização dos diversos instrumentos jurídicos aplicáveis - versão *ebook* e papel

3.5

Concluídas as 12 edições dos Fóruns de Reflexão, Criação e Partilha de Redes Colaborativas (Juizes, Ministério Público, UIF e PIC)

O 3.º Fórum das UIF, o último, foi realizado por videoconferência nos dias 26 e 27 de maio de 2020

3.6.1 e 3.6.2

Plataforma de Comunicação e Formação

§ Concluído o estudo preliminar com realização de missão circular

§ Lançado o concurso internacional para o desenvolvimento da Plataforma

§ Em novembro de 2019, a sua titularidade foi atribuída à CMJPLP, na sua XVI reunião, que decorreu em Cabo Verde

§ Em fevereiro de 2021 foram assinados os Acordos de Delegação relativos à Plataforma de Formação e Cooperação. O desenvolvimento pedagógico e didático será assegurado pelo CEJ, cabendo ao IGFEJ, garantir o alojamento e a manutenção tecnológica da Plataforma, durante 10 anos.

Disponibilização e atualização do sítio do PACED www.paced-paloptl.com nas seguintes valências



- § PACED em números em PDF (gravação e impressão)
- § Nova área temática COVID-19 e Estado de Direito
- § Criação de separador PACED em Inglês
- § Nova funcionalidade de inserção de vídeos e concomitante criação do canal PACED no Youtube
- § Inserção dos logs com destaque na *homepage* dos parceiros nas ações de formação
- § Criação de separador com *spots* da campanha de visibilidade PACED
- § Criação de separador para comunicados de imprensa
- § Melhoria geral do funcionamento do *site* com correção de pequenos *bugs* e atualização de funcionalidades em *back office*
- § Execução atualizada, no PACED em números
- § *Spots* temáticos
- § Novo separador resultados/ testemunhos

Comunicação



- § Publicações digitais das conferências realizadas em Cabo Verde, Timor-Leste e Guiné-Bissau
- § Transmissão em direto e disponibilização em linha do 3.º Fórum dos Juízes (Justiça TV: www.justicativ.com)
- § Participação na XIII Reunião dos Ordenadores Nacionais do FED dos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia, em Maputo, março 2019
- § Contribuição para o evento comemorativo do Dia da Europa, em Bissau, maio 2020 – #FeiraProjetosUEGuineBissau
- § Criação da *newsletter* (bimestral)
- § Serviço de *clipping* (diário para a EAT e semanal para as UTN e em outubro de 2020, com presença física na Mostra de Projetos da UE em Timor-Leste)
- § Reforço da capacidade *online* de formação/ divulgação através de parceria com a Justiça TV, no âmbito da situação pandémica
- § Apresentação sobre os resultados do PACED aos Serviços de Apoio ao Ordenador Nacional do FED de Angola (Ministério da Economia e Planeamento), em outubro de 2020.
- § Apresentação sobre os resultados do PACED aos Serviços do Ordenador Nacional do FED de Timor-Leste, fevereiro de 2021.
- § Produção de vídeo síntese dos resultados do projeto - fevereiro de 2021

Plano de contingência face à situação atual da pandemia do COVID-19



- § Lançamento de material de sinalética do Projeto de prevenção da COVID 19 e envio aos parceiros
- § Entregue e atualizado Plano geral: Adaptação das atividades já programadas, com a manutenção dos contratos em curso e a conclusão dos processos aquisitivos
- § Neste âmbito sublinhamos a realização do 3.º Fórum das Unidades de Informação Financeira por videoconferência, a entrega de bibliotecas jurídicas aos novos juízes de Timor-Leste e a inauguração da rede informática da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe
- § Criação de nova área temática no *site* «COVID-19 e Estado de Direito» (documentos de interesse, coletânea de legislação em parceria com Legis-PALOP + TL, partilha de experiências através de texto e vídeo)
- § Ciclo de Conferências *online* «COVID-19 e Estado de Direito» com transmissão em direto e disponibilização em linha na Justiça TV: www.justicativ.com
- § I Ciclo dos Seminários Lei & Justiça, *online*, nos dias 18, 21, 22 e 23 de dezembro de 2020, às 10h em Lisboa, 19h em Díli, uma iniciativa em parceria com a Network Timor - Lei & Justiça: Painel 1: 18 de dezembro - COVID-19: Estado de Direito, legislação de emergência e a restrição de direitos fundamentais); Painel 2: 21 de dezembro - Covid-19 e a utilização dos meios e plataformas digitais no sistema judicial: desafios e oportunidades; Painel 3: 22 de dezembro - Covid-19 e igualdade de género: impacto, medidas e respostas; Painel 4: 23 de dezembro (edição especial em Tétum) - Covid-19 no limitasaun direitu fundamentál sira iha Timor-Leste, com transmissão em direto e disponibilização em linha na Justiça T : www.justicativ.com

Atividades/Parcerias em desenvolvimento para 2021 para além do Plano Global de Trabalhos

- § Estudo sobre a capacitação judiciária nos países de língua portuguesa
- § Seminário e estudo sobre os Planos Estratégicos Nacionais contra a Corrupção
- § Parceria com a Interpol
- § Parceria com o Basel Institute on Governance
- § Parceria com o Observatório da Legislação Portuguesa - Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
- § Aquisições de maior envergadura solicitadas pelas Procuradorias-Gerais da República de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde, assim como pelo Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe e Polícia Científica de Investigação Criminal de Timor-Leste e que carecem de realocação de verbas eventualmente sobrantas da não realização das viagens inicialmente previstas.

Com duração até dezembro de 2021, o PACED tem um orçamento global de 8,4 milhões de euros (7 milhões financiados pela União Europeia ao abrigo do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento e 1,4 milhões de euros pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.), dos quais 8,05 milhões de euros administrados diretamente pelo Camões, I. P.

Mais informações:

So a Cochat-Osório
Comunicação PACED
Rua Rodrigues Sampaio, 3, 1150-278 Lisboa · Portugal
+351 213 176 788 | +351 910 055 378 | +351 962 821 336
scochat.paced@camoes.mne.pt
www.paced-paloptl.com

O PACED conta com a participação financeira da União Europeia. As opiniões expressas neste documento não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia.